

PATERNALISMO E CUMPLICIDADE NAS RELAÇÕES LUSO-BRITÂNICAS (1943-1949)

BREVES NOTAS

David Castaño

Neste artigo procuraremos apresentar em traços largos alguns dos aspectos mais marcantes do relacionamento luso-britânico no imediato pós-guerra e mostrar como, desde a viragem dos acontecimentos militares a favor dos Aliados, Oliveira Salazar encetou uma política de reaproximação à velha aliada tendo em vista a adaptação do regime ao que se adivinhava poder vir a ser um conturbado período para a sua sobrevivência¹.

O ponto de partida sobre o qual se iniciou esta pesquisa partiu essencialmente de uma questão: Como explicar a longevidade do consulado de Salazar e da ditadura portuguesa? A pergunta exige não uma, mas várias respostas, o que, dada a vastidão de hipóteses, nos obrigou a delimitar o assunto e a estabelecer fronteiras. Optámos por procurar respostas nos apoios externos num período de grandes convulsões, o imediato pós-guerra, e focalizámo-nos nas relações com a Grã-Bretanha, principal aliado de Portugal e país com quem Salazar procurou manter uma relação privilegiada nestes anos. Pelas transformações que originou, pelo impacto que teve em regimes similares ao português e pelas repercussões que teve em todo o globo, foi escolhida a II Guerra Mundial como o acontecimento central em torno do qual se desenvolveu este trabalho, cronologicamente balizado entre 1943 e 1949. O primeiro ano porque marca uma viragem nos acontecimentos militares que obrigou a redefinições na política externa portuguesa e 1949 por se considerar que no ano em que entra em funcionamento a NATO, da qual Portugal faz parte como membro fundador, termina o período de adaptação ao pós-guerra e se entra definitivamente naquele período que é chamado Guerra Fria, durante o qual os dois grandes blocos saídos da guerra competem e procuram alargar as suas respectivas zonas de influência sem que os dois países que os encabeçam, Estados Unidos e União Soviética, tenham entrado em confronto directo.

DURANTE A GUERRA

A posição de Portugal durante a II Guerra Mundial tem vindo a ser estudada por vários historiadores que apontam para a possibilidade de se fazer uma divisão das várias fases por que

passou a neutralidade portuguesa desde a declaração de neutralidade anunciada a 1 de Setembro de 1939 até ao final do conflito². É hoje partilhada pela maioria dos estudiosos a tese de que a neutralidade foi uma opção que partiu do Governo português, mas sem a anuência britânica ela não teria bases para se impor e dificilmente poderia ter sido mantida. O receio, quer de uma ofensiva alemã contra o território continental, quer de uma ofensiva aliada contra as ilhas atlânticas, as profundas clivagens existentes na sociedade portuguesa entre germanófilos e anglófilos, a tentativa de preservação da integridade nacional nos vários pontos do globo e a não menos importante preocupação de assegurar a manutenção do regime no pós-guerra, são factores a ter em conta quando se analisam as várias fases que a neutralidade portuguesa atravessou. Quando o cenário mais negro de uma possível invasão alemã foi afastado, entra-se na última fase da neutralidade, a da neutralidade colaborante, que se inicia em 1943 e se prolonga até ao fim das hostilidades. A partir do momento em que as tropas alemãs deixam de representar uma ameaça real na Península, efectuado o desembarque aliado no Norte de África e derrubado Mussolini, Salazar começa o seu caminho de definitiva aproximação aos Aliados, procurando estreitar ligações com os futuros vencedores de modo a garantir a sua continuidade no poder. A cedência das bases açorianas primeiro aos britânicos e depois alargada aos norte-americanos³ e o embargo à exportação de volfrâmio são disso exemplo paradigmático. Com estas duas medidas o Governo português viu garantida a sua posição de neutro colaborante e assegurou o apoio dos Aliados⁴. No entanto, estas medidas podiam não ser necessárias para garantir a sobrevivência do regime, tendo-se continuado, nos anos que se seguiram à guerra, a promover retoques e adaptações aos novos tempos e a procurar garantir boas relações com as potências vencedoras. Ultrapassados os perigos de invasão e de obrigação de uma eventual tomada de posição a favor de um ou do outro lado em confronto, o regime procurou até ao final dos

anos 40 adaptar-se da maneira menos traumática ao novo contexto internacional. Se até meados dessa década regimes como o português eram comuns um pouco por toda a Europa, a verdade é que com a derrota da Alemanha encerra-se um período que tinha favorecido o despontar

UMA BOA GESTÃO DAS AMIZADES INTERNACIONAIS E O CRESCENTE AVOLUMAR DAS TENSÕES ENTRE OS DOIS BLOCOS QUE EMERGIRAM NO PÓS-GUERRA EXPLICAM O SUCESSO DE SALAZAR EM CONSEGUIR MANTER INTACTO O SEU PODER E O REGIME.

de regimes autoritários de direita no rescaldo da Grande Guerra e como resposta à instauração do regime soviético na Rússia. Uma boa gestão das amizades internacionais e o crescente avolumar das tensões entre os dois blocos que emergiram no pós-guerra, que não favorecia mudanças no campo ocidental, explicam, como veremos, o sucesso de Salazar em conseguir manter intacto o seu poder e o regime.

NO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Ao contrário da Espanha, Portugal não sofreu do isolamento que foi imposto ao seu vizinho ibérico. O modo como o país escapou às críticas e a comparações com o país

vizinho foi descrito pelo embaixador britânico em Lisboa, Owen O'Malley, do seguinte modo:

«Quando a guerra acabou na Europa o dr. Salazar conseguiu o direito de continuar a guiar os destinos de Portugal. O país cumpriu as suas obrigações perante a Grã-Bretanha no quadro da aliança, tendo mesmo prestado serviços vitais à causa aliada, escapou à devastação da guerra e permanecia um dos únicos oásis da Europa. A vizinha Espanha não era bem-vista pelos povos aliados, dada a simpatia demonstrada para com as potências do Eixo durante a guerra. Existem objecções ideológicas a fazer aos dois regimes – todo o poder está nas mãos de um homem –, mas os serviços prestados por Portugal aos Aliados, a integridade austera do seu ditador e a pequenez em termos de tamanho no continente, combinaram-se de maneira a proteger o país dos ataques que foram dirigidos à Espanha.»⁵

No entanto, esta distinção, apesar de benéfica para o regime português, não deixou de preocupar Salazar, que sempre acompanhara a situação espanhola com particular interesse. Depois de um certo distanciamento, na época em que a Espanha foi alvo das mais fortes críticas da comunidade internacional, Salazar procurou constantemente alertar os britânicos para o perigo de uma excessiva ostracização do regime de Franco e para as consequências negativas do derrube do ditador⁶. Salazar não tinha nenhuma particular afeição por Franco, mas a ordem e a relativa estabilidade do seu regime constituíam um valioso contributo para a manutenção da situação política em Portugal. Esta visão era partilhada pelo embaixador O'Malley que lembra o Foreign Office que, caso Franco fosse obrigado a abandonar o poder, os focos de atenção internacional que então estavam apontados para o general poderiam ser desviados para Salazar e que salienta que quanto aos interesses britânicos, não havia dúvidas de que a situação em Portugal era favorável para a Grã-Bretanha, sublinhando que tal posição poderia ser posta em causa se houvesse uma tensão luso-espanhola, uma revolta em Espanha, ou agitação revolucionária em Portugal⁷.

Salvaguardada a devida distância e sublinhadas as diferenças entre os dois regimes ibéricos, das quais há a realçar o facto de Franco ter obtido apoio dos países do Eixo durante a Guerra Civil, Portugal procurou aprofundar o seu relacionamento com as potências vencedoras, sem no entanto ignorar o seu vizinho, fomentando mesmo a amizade peninsular, traduzida na visita de Franco a Lisboa em 1949.

O regime procurou acentuar o bom relacionamento com as potências vencedoras ocidentais, sendo dada especial atenção às relações com a Grã-Bretanha, país que Salazar desejava que viesse a desempenhar um papel mais relevante no pós-guerra. Nem a subida ao poder dos trabalhistas afectou o bom relacionamento entre os dois países nos vários domínios que analisamos, tendo-se conseguido passar da tradicional «indiferença hostil» dos trabalhistas britânicos para uma «curiosidade benevolente»⁸. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Ernest Bevin, defendeu numa reunião do

Partido Trabalhista, durante a qual tinha sido levantada a questão da ditadura portuguesa, que se poderia chamar ditadura ao regime português, havendo, no entanto, um ponto que, em seu entender, ninguém podia discutir: o problema interno português era um problema dos portugueses e a atitude internacional de Portugal nunca tinha sido posta em dúvida, sendo que o mesmo não se pudesse dizer em relação a alguns países do Leste europeu que obedeciam unicamente às ordens de Moscovo, tendo ficado então claro que no interior do Partido Trabalhista o caso português não voltaria a ser discutido⁹. Pode-se mesmo afirmar que a mudança política foi benéfica para o regime português. É que, caso os conservadores tivessem permanecido no governo, a oposição trabalhista teria tido um mais amplo campo de manobra para criticar as relações próximas de Downing Street com o regime autoritário português. Uma vez instalados no poder e não desejando efectuar cortes profundos na política externa, Clement Attlee e Ernest Bevin optaram por uma continuidade que se viria a revelar benéfica para Salazar e para o Estado Novo.

Uma série de acontecimentos como as visitas das esquadras britânica, norte-americana e francesa, a restituição solene das bases dos Açores e a participação do primeiro-ministro britânico Clement Attlee no jantar anual da Anglo-Portuguese Society foram cuidadosamente preparados e divulgados pelo Governo que procurava desta forma mostrar que as relações com os Aliados estavam a passar por uma das suas melhores fases. O modo como estes acontecimentos eram promovidos pelo regime está bem patente no modo como o *Diário de Notícias* descreveu as visitas das esquadras estrangeiras a Lisboa: «Vieram primeiro os ingleses com o seu glorioso Nelson, seguiram-se-lhe os americanos trazendo o formidável porta-aviões Roosevelt. A França envia-nos agora o imponente couraçado Richelieu. Três visitas que simbolizam os elos de amizade e a comunidade de interesse que ligam Portugal às três grandes potências.»¹⁰

No campo militar constatou-se que a Grã-Bretanha voltou a tornar-se num dos principais fornecedores de material de guerra em substituição da Alemanha e da Itália, tendo-se registado em 1947 a maior encomenda de armamento feita por Portugal à Inglaterra desde 1916¹¹. Esta reaproximação foi também sentida no campo das relações comerciais que conheceram um período de forte intensificação. Uma conjugação de factores – a saber: 1) a existência de um largo saldo de 80 milhões de libras em Inglaterra; 2) a reorganização da indústria britânica que procurava retomar as suas actividades normais e escoar os seus produtos; 3) as necessidades portuguesas em maquinaria e *know-how* para dar continuidade aos planos de desenvolvimento económico focalizados na electrificação do país; e 4) a opção política de se dar prioridade e facilidades ao investimento britânico¹² – contribuiu para fazer que a Grã-Bretanha se tenha tornado a partir de 1948 no principal parceiro comercial de Portugal em substituição dos Estados Unidos da América, que vinham ocupando esse lugar nos anos anteriores.

Um acontecimento importante verificado também no campo das relações económicas entre os dois países foi o da celebração de um acordo para a exploração, tratamento e

exportação de urânio português. Nesta como noutras negociações Salazar começou por levantar alguns entraves que eram depois deixados cair à medida que o vector político do problema começava a ganhar peso em relação ao vector meramente económico. A existência em Portugal de várias minas de urânio maioritariamente em mãos inglesas tornou-se de grande importância no seguimento de um acordo anglo-americano para a aquisição de urânio a nível mundial, que seria posteriormente utilizado para o fabrico de armamento nuclear. As reticências iniciais de Salazar em ceder essa riqueza natural, então sem valor comercial, foram postas de lado quando o Governo português tomou conhecimento de que as minas inglesas eram praticamente do próprio Tesouro britânico e que havia um acordo entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América para a sua aquisição. Usado o argumento de que a ser aceite a proposta britânica tal seria considerado como um contributo de Portugal para a defesa do Ocidente, chegou-se finalmente a um acordo em Julho de 1949 que autorizava a exportação de 100 toneladas anuais de urânio sob a forma de concentrados a 25 por cento por um período de sete anos¹³. Esta era mais uma prova da boa vontade do Governo português que aceitava fazer uma «concessão graciosa excepcionalíssima»¹⁴ que não era motivada por questões económicas, mas sim por razões políticas. Como refere uma nota interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, «as exportações para o Reino Unido ao preço de custo não podem ser consideradas compensadoras e só foram autorizadas nos limites fixados no acordo de 11 de Julho devido a razões de ordem política e estratégica invocadas por um governo aliado»¹⁵. O país estava ao lado da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América e esta era mais uma boa ocasião para o demonstrar.

O bom relacionamento luso-britânico estendeu-se também às questões relacionadas com as colónias de ambos os países. Verifica-se que apesar da independência da Índia, a diplomacia britânica via com bons olhos, apesar de achá-la de difícil sustentação, a presença portuguesa no subcontinente. O próprio Churchill diz ao embaixador português: «você não podem sair de lá sem protestar violentamente, tudo o que puderem fazer com esse fim é bem feito, mas abandonando os ingleses a Índia que podem vocês fazer? Só a Rússia pode ganhar com essa atitude.»¹⁶ Devemos ter em considera-

APESAR DA INDEPENDÊNCIA DA ÍNDIA,
A DIPLOMACIA BRITÂNICA VIA COM BONS OLHOS,
APESAR DE ACHÁ-LA DE DIFÍCIL SUSTENTAÇÃO,
A PRESENÇA PORTUGUESA NO SUBCONTINENTE.

ção que até bastante tarde o Foreign Office defendeu que a única forma que a Grã-Bretanha tinha para recuperar o seu poder e constituir-se como uma terceira potência independente, quer dos Estados Unidos, quer da União Soviética, seria através da constituição de um bloco europeu ocidental sob sua liderança alicerçado nos recursos africanos. É só a partir de 1948, quando a situação na Europa se agrava, que a diplomacia britânica aceita a tese do Estado-Maior, segundo a qual um bloco de países da Europa Ocidental sem uma forte ligação aos Estados Unidos não era suficiente para garantir a segurança no pós-guerra, e é só em 1949, no seguimento de um estudo do Foreign Office

intitulado «Third Power or Wester Consolidation» no qual se defende que dada a hostilidade da URSS e a dependência económica dos Estados Unidos a prioridade deveria ser assegurar uma relação com os norte-americanos, que Bevin abandona definitivamente a sua ideia de coordenar o centro do planeta e de constituir um terceiro poder¹⁷. Desta forma se compreende uma certa partilha de ideias em relação ao continente africano que apenas divergiam quando os britânicos defendiam ser sua intenção a constituição de domínios quando o grau de civilização o permitisse, tendo como horizonte temporal para a concretização desse desidrato cinco décadas¹⁸. Até lá havia que procurar explorar da melhor forma os recursos naturais africanos, intensificar o comércio com e no continente e desenvolver as vias de comunicação de maneira a atingir os objectivos propostos. Apesar das preferências dadas pelo regime ao relacionamento com a velha aliada, Salazar foi-se apercebendo que convinha não menosprezar as relações com aquele que surgia como o novo grande poder atlântico. As negociações para a permanência dos norte-americanos nos Açores e o relativo desinteresse britânico em permanecer nas ilhas revelaram uma mudança que não era agradável ao regime. Em Abril de 1946, no decorrer das negociações sobre os Açores, Salazar anotou:

«Parece confirmar-se o papel de “segundo” que a Inglaterra desempenha neste caso dos Açores. A consciência da sua inferioridade em relação aos Estados Unidos e da necessidade absoluta de apoio destes últimos levaram-na durante a guerra a auxiliar os Estados Unidos nas suas pretensões relativamente aos Açores, mesmo com prejuízo da exclusividade e privilégio que a aliança lhe oferecia [...] os pedidos britânicos são para a Inglaterra não estar ausente e para manter a aparência de igualdade e equilíbrio com os Estados Unidos da América.»¹⁹

A partir deste momento ficou claro para Salazar que, apesar de vitoriosa, a Grã-Bretanha tinha saído enfraquecida do conflito. Perante esta nova realidade, Portugal é como que obrigado a aproximar-se dos Estados Unidos. Esta aproximação, embora a contragosto, foi levada a cabo com alguma celeridade. Isto porque para Oliveira Salazar a probabilidade de se verificar uma nova guerra mundial parecia cada vez mais forte e, desta vez, defendia que Portugal não poderia permanecer neutral: «por motivos de ordem política e jurídica bem me parece ser esta a última vez em que podíamos e devíamos ser neutros numa conflagração europeia»²⁰, defendeu num discurso proferido em Maio de 1945 na Assembleia Nacional.

Desde 1943, Salazar procurava garantir o lugar de Portugal e do seu regime no novo contexto internacional que se começava a desenhar com a previsível vitória aliada. Já na fase final da guerra começara a aperceber-se de que o centro de gravidade política do Ocidente se movera em direcção aos Estados Unidos, tendo o Atlântico adquirido um papel mais relevante²¹. Se o último aspecto era positivo e constituía uma valorização dos territórios atlânticos portugueses, o primeiro não era visto com agrado. Portugal passava a

ser uma importante peça neste novo contexto internacional, mas a Inglaterra ficou subalternizada pelos Estados Unidos da América que passaram a ocupar o papel até então desempenhado pela velha aliada. Esta nova centralidade tinha, contudo, um preço e Salazar estava disposto a pagá-lo. O país entraria num conflito que parecia próximo. Na sua óptica, a aliança luso-britânica e o acordo assinado a 2 de Fevereiro de 1948 com os Estados Unidos relativo à Base das Lajes, eram suficientes para garantir a posição de Portugal no bloco ocidental. A 25 de Novembro de 1948, Salazar escreveu uma carta a Palmela bastante elucidativa sobre a posição portuguesa relativamente ao projecto de união militar ocidental que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estavam a estudar. Referindo-se à memória que o embaixador britânico em Lisboa entregou ao ministro dos Negócios Estrangeiros a 6 de Outubro, que constitui uma das primeiras sondagens que os anglo-americanos fizeram a Portugal sobre a criação de uma força militar ocidental, Salazar defendeu que não havia necessidade de Portugal tomar uma decisão urgente. Por um lado, «a nossa situação geográfica» fazia que, em caso de ataque vindo de Leste, Portugal não se encontrasse «numa zona de perigo imediato»; por outro lado, «à falta de outros entendimentos, as questões poderiam ser resolvidas à luz de tratados existentes com a Inglaterra» e o «acordo em vigor com os Estados Unidos» relativo à utilização da Base das Lajes, colocava Portugal numa situação privilegiada, «em resumo: quanto ao bloco ocidental não há pressa nem vantagem»²², defendeu Salazar em Outubro de 1948. Acontece que o que estava em cima da mesa era a elaboração de um plano de defesa permanente e não meros arranjos pontuais entre os Estados Unidos e alguns estados europeus. Numa conversa de Palmela com o embaixador norte-americano em Paris este último questionou o diplomata português acerca da posição do seu governo em relação ao Pacto do Atlântico, tendo Palmela dito que Portugal já tinha ligações especiais com os dois principais países do grupo. Caffery concordou que a aliança e o acordo com os Estados Unidos garantiam a rota sul mas faltava a rota norte: «nada podemos fazer se não tivermos uma e outra rota na nossa mão, para isso é que trabalhamos»²³, afirmou o diplomata norte-americano. O que parecia ser suficiente para Portugal não era para os Estados Unidos. Por outro lado, os países da Europa Ocidental queriam uma protecção real contra a ameaça comunista e estavam dispostos a colocarem-se debaixo do chapéu-de-chuva norte-americano. Sem alternativas e para não ficar de fora, Salazar teve de recuar e Portugal aderiu à NATO como membro fundador a 4 de Abril de 1949. Também ao nível económico, depois de uma recusa inicial em solicitar ajuda financeira ao abrigo do Plano Marshall no qual Portugal estava integrado, se verificou que depois de goradas todas as tentativas em dar preferência aos produtos britânicos, dada a fraca capacidade de resposta, e num cenário de falta de dólares indispensáveis para a compra dos equipamentos necessários para a concretização dos planos de fomento e de progressiva degradação da situação financeira do País, o regime foi obrigado a fazer uma aproximação aos Estados Unidos, colocando-se também, do ponto de vista económico, sob a esfera de influência norte-americana. A ideia proposta pelo ministro das Finanças,

Costa Leite²⁴, aos Estados Unidos para que estes tomassem cerca de 50 por cento dos saldos portugueses em esterlino-ouro que seriam utilizados na aquisição de equipamentos e mercadorias de origem americana no quadro dos planos de fomento, que se procurariam equilibrar com uma política activa de exportação de produtos portugueses para os Estados Unidos foi recusada e Portugal foi obrigado a rever a sua posição em relação ao Plano Marshall²⁵.

O interesse do regime em acompanhar as transformações que se iam fazendo sentir a nível internacional traduziu-se igualmente na tentativa de adesão de Portugal à ONU em 1946. Apesar dos receios de um eventual veto russo a diplomacia portuguesa encetou um conjunto de movimentações tendo em vista a integração de Portugal na Organização das

Nações Unidas que era vista por Salazar, nos seus primeiros tempos, como uma instituição útil para a vida internacional²⁶, tendo mesmo chegado a colocar a hipótese de Lisboa vir a acolher a sua sede. Desde muito cedo Salazar vinha demonstrando de um modo mais ou menos subtil, o seu

O INTERESSE DO REGIME EM ACOMPANHAR AS TRANSFORMAÇÕES QUE SE IAM FAZENDO SENTIR A NÍVEL INTERNACIONAL TRADUZIU-SE IGUALMENTE NA TENTATIVA DE ADESÃO DE PORTUGAL À ONU EM 1946.

interesse em que Portugal viesse a integrar a nova organização internacional que vinha substituir a Sociedade das Nações. O discurso «Portugal, a guerra e a paz», proferido em Maio de 1945, é disso exemplo²⁷. Outro exemplo revelador do interesse do Estado Novo na adesão de Portugal às Nações Unidas, foram as manobras diplomáticas feitas em Novembro de 1945, no sentido de que Portugal e os outros estados neutros que faziam parte da SDN e que desejavam aderir à ONU o fizessem contornando o provável veto soviético, através de uma incorporação automática aquando da liquidação da Sociedade das Nações e da transferência do seu património para as Nações Unidas. Foi só depois do veto russo que Portugal passou a questionar o interesse em participar nesse organismo, defendendo que o pedido de adesão fora feito por pressão dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. De facto, estes dois países empenharam-se na adesão de um pequeno conjunto de países europeus neutrais, que consideravam «qualificados», e, numa acção concertada, demonstraram que «apoiariam calorosamente»²⁸ a admissão de Portugal. No entanto, no decorrer de todo o processo, a diplomacia portuguesa demonstrou por diversas vezes o seu interesse na adesão à nova organização. Neste caso, a amizade que vinha sendo construída e aprofundada entre Portugal e os anglo-americanos não era suficiente. Era também necessário o aval da URSS que exigia o estabelecimento de relações diplomáticas, mas isso era impensável para os responsáveis políticos portugueses.

ADAPTAÇÕES INTERNAS

Vejamos de seguida como foi feito o acompanhamento por parte da diplomacia britânica da evolução da situação política em Portugal. A nível interno também se registou uma série de mudanças que pretendiam adequar o regime aos novos tempos. Estas medidas

tinham dois grandes objectivos: 1.º – retirar argumentos à oposição quanto à desadequação do regime face à derrota do Eixo; 2.º – mostrar aos países aliados que se estavam a fazer alterações e adaptações democratizantes.

A realização do II Congresso da União Nacional em Maio de 1944 é o primeiro sinal destas mudanças. Como nota o embaixador britânico, Ronald Campbell, deixam de aparecer nas listas apresentadas ao congresso nomes de pessoas ligadas à Legião Portuguesa, não se fazem críticas aos regimes democráticos e defende-se a constituição de um bloco ocidental liderado pela Grã-Bretanha²⁹. Apesar destas pequenas mudanças, a carestia de vida e a escassez de bens de primeira necessidade são terreno fértil para uma constante actividade conspirativa e grevista. No entanto, o regime consegue sempre dominar a situação. Ultrapassadas as comemorações da vitória aliada, que se temia virem a ser transformadas em manifestações contra o regime, Salazar dá mais um passo em frente ao anunciar em Maio de 1945 a intenção de fazer algumas alterações na Constituição³⁰. A maior alteração é o aumento do número de deputados que passam de 90 para 120 e a ser eleitos por distritos. Perante as novas regras a Assembleia Nacional é dissolvida e são marcadas eleições. Durante a campanha foi levantada uma série de entraves às actividades da oposição. Londres acompanha estas alterações com interesse e acredita que Salazar quer ver alguns elementos da oposição serem eleitos para a nova câmara, apesar de não ter dúvidas de que as eleições não serão justas e livres³¹. A desistência da oposição não é bem recebida no Foreign Office que vê assim negada a possibilidade de se constituir uma «oposição leal» na Assembleia que a longo prazo pudesse vir a concorrer em melhores condições e donde pudesse emergir um líder credível. A imagem de uma oposição desorganizada e com falta de liderança vai reforçar a tese britânica de que os portugueses eram politicamente imaturos e que um sistema como o britânico não poderia ser transposto para Portugal, percepção que marcará durante longos anos a atitude da Grã-Bretanha face à democratização do País³². Não deixa de ser curioso notar que são os próprios analistas do Foreign Office que afirmam que «descontando os aspectos “para inglês ver” que fazem parte de qualquer regime deste tipo» o país vivia ordeiramente, debaixo de uma «ditadura humana»³³. Verifica-se que a experiência republicana tinha deixado fortes anticorpos na diplomacia britânica que temia que sem Salazar o país entrasse num período de desordem. Dado aquilo que consideravam ser a incapacidade dos portugueses de se governarem sem ser sob um regime autoritário, Salazar era visto como um mal menor e o seu regime como aquele que melhor se adaptava ao país.

A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA TINHA DEIXADO FORTES ANTICORPOS NA DIPLOMACIA BRITÂNICA QUE TEMIA QUE SEM SALAZAR O PAÍS ENTRASSE NUM PERÍODO DE DESORDEM.

CONCLUSÕES

A actuação de Salazar que procurou em todos os campos ao seu alcance agradar à velha aliada e que fez de Portugal um bom aliado³⁴, o começo da Guerra Fria e a visão do

Foreign Office sobre a dificuldade de implantação de um regime democrático em Portugal, transformaram o Estado Novo num mal menor e ajudam a explicar a sua longevidade. Ultrapassado o período de ruptura causado pelo fim da guerra sem grandes sobressaltos foi possível entrar num novo período de estabilidade para o regime, ancorado agora na plena integração de Portugal no bloco ocidental bem como na relação privilegiada com o novo grande poder atlântico. Foi pela mão da velha aliada que Portugal iniciou a sua progressiva integração no campo ocidental e se até meados de 1948 tanto a Grã-Bretanha como Portugal pensavam que ainda seria possível a constituição de um terceiro poder entre os Estados Unidos e a URSS, foi também através da Grã-Bretanha que Salazar se viu forçado a compreender que esse não era um projecto viável e que dada a dependência da Europa dos Estados Unidos da América, só uma aproximação entre os dois continentes poderia garantir alguma segurança perante o avanço da URSS que ameaçava transformar a Europa num novo campo de batalha – do qual, desta feita, Salazar entendia que Portugal não poderia manter-se afastado. Essa batalha, temida por muitos, não se chegou a realizar e a Europa entrou num novo período de estabilidade sob a protecção norte-americana, da qual o Estado Novo também veio a beneficiar. A estabilidade era agora um factor de grande peso e qualquer experiência que pudesse vir a pôr em causa a solidez do bloco ocidental não era vista com bons olhos.

Defendemos pois que os apoios externos indispensáveis para a sobrevivência do regime nos anos do imediato pós-guerra foram alcançados por duas vias. A primeira através do aprofundamento das boas relações com as potências vencedoras tendo-se optado por privilegiar, numa primeira fase, as relações com a Grã-Bretanha, não descurando, no entanto, um bom relacionamento com aquela que se afigurava como a nova grande potência ocidental. A segunda via através da promoção de breves medidas liberalizadas a nível interno, procurando-se desse modo mostrar a incapacidade da oposição e a adequação do regime ao País, garantindo assim uma não hostilização externa.

As relações entre os dois países caracterizaram-se por uma cumplicidade patente em praticamente todos os domínios. A esta cumplicidade, motivada por razões de realismo político, devemos acrescentar uma outra característica do relacionamento luso-britânico: o paternalismo. Como revelam inúmeros documentos a ideia de que os portugueses não estavam preparados para viver em democracia atravessa todo este período e influencia de maneira decisiva as relações entre os dois aliados. Paternalismo e cumplicidade são assim, em nosso entender, as duas palavras que descrevem da melhor maneira as relações luso-britânicas durante estes anos. R1

- 1** Este artigo segue de perto as ideias desenvolvidas em: CASTANO, David – *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: AAAHD/MNE, 2006.
- 2** OLIVEIRA, César de – «Oliveira Salazar e a política externa portuguesa». In *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984. ROSAS, Fernando – «O Estado Novo». In *História de Portugal*, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. TEIXEIRA, Nuno Severiano – «A política externa, 1890-1986». In *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, 2000. TELO, António José – «A política externa do salazarismo». In *História de Portugal. Dos Tempos Pré-históricos aos Nossos Dias*, vol. V. Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1984.
- 3** Ver TELO, António José – *Os Açores e o Controlo do Atlântico [1898-1948]*. Porto: Edições Asa, 1993, pp. 350-455.
- 4** Quando se alcançou o acordo para a proibição de exportações de volfrâmio, o Governo britânico pela voz do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, proferiu a seguinte declaração na Câmara dos Comuns, que revela a importância da medida tomada pelo Governo português e as repercussões que esta teve nas relações entre os dois países que então se viram reforçadas: «Baseando-se nas relações especiais deste país com Portugal, consubstanciadas nos tratados de aliança anglo-portugueses, cuja última aplicação foi o acordo dos Açores de Outubro de 1943, o Governo de Sua Majestade pediu ao governo português que estabelecesse a proibição total da exportação de volfrâmio. O governo português acedeu em 5 de Junho a este pedido e vão entrar imediatamente em vigor providências adequadas àquele efeito. O Governo de Sua Majestade acolhe calorosamente mais esta prova de amizade anglo-portuguesa e da fidelidade de Portugal à sua antiga aliança [...]. A decisão recente do Governo português representa, na opinião do Governo de Sua Majestade, um serviço para a sua causa comparável com a concessão ao Governo de Sua Majestade de facilidades nos Açores, em Outubro último, e mostrar-se-á também factor importante no encurtamento da guerra...» [Declaração de Anthony Eden na Câmara dos Comuns a 7 de Junho de 1944, publicada junto da nota oficiosa «Proibição da exportação de volfrâmio para todos os destinos». In SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950. Coimbra: Coimbra Editora, 1951, pp. 82-83].
- 5** Annual Report, 1945, 9 de Maio de 1945. FO 371/60287.
- 6** Ver a este respeito REDONDO, Juan Carlos Jiménez – *Franco e Salazar. As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.
- 7** Despacho n.º 354 da Embaixada britânica em Lisboa para o FO, 18 de Dezembro de 1945. FO 371/49475.
- 8** Relato de conversa entre o director-geral dos Negócios Políticos, António de Faria, e o embaixador britânico, 22 de Julho de 1947. AOS/CO/NE-7A, pt. 14.
- 9** Relato de conversa de Palmela com Bevin, 17 de Novembro de 1947. AOS/CO/NE-1E1, pt. 11.
- 10** *Diário de Notícias*, 4 de Novembro de 1946, p. 1.
- 11** TELO, António José – «A política externa do salazarismo», p. 302.
- 12** É o próprio embaixador britânico que defende a existência de «facilidades especiais» dadas aos britânicos que deste modo ficaram em «vantagem perante os outros concorrentes internacionais». Annual Report, 1945. FO 371/60287.
- 13** Acordo por troca de cartas sobre o urânio. Carta de Nigel Ronald a Caeiro da Matta de 11 de Julho de 1949 e carta de Caeiro da Matta a Nigel Ronald de 11 de Julho de 1949. AHD/MNE 2.º piso, arm. 52, maço 128.
- 14** Resposta ao memorando entregue pelo embaixador britânico a 14 de Março de 1949. AHD/MNE 2.º piso, arm. 52, maço 128.
- 15** Nota para a Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 5 de Agosto de 1949. AHD/MNE 2.º piso, arm. 52, maço 128.
- 16** Apontamento de conversa de Palmela com W. Churchill, 24 de Maio de 1946. AOS/CD-11.
- 17** Ver BAYLIS, John – *The Diplomacy of Pragmatism: Britain and the formation of NATO, 1942-1949*. Kent: The Kent State University Press, 1993.
- 18** Memorando do Research Department do Foreign Office, 11 de Novembro de 1948. FO 371/73296.
- 19** Anotações de Oliveira Salazar sobre conversas com embaixadores, 30 de Abril de 1946. AOS/CO/NE-13, pt. 2.
- 20** SALAZAR, António de Oliveira – «Portugal, a Guerra e a Paz». In *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, p. 104.
- 21** São várias as ocasiões em que publicamente Salazar faz referência a esta questão. No discurso «No Fim da Guerra», de 8 de Maio de 1945, refere que uma das consequências positivas da vitória aliada foi «arrastar para o Atlântico o centro da política internacional, no que importa ao Ocidente». Em 1947 refere-se novamente à questão no discurso «Miséria e Medo, características do momento actual», onde afirma que a «deslocação para Oeste do centro de gravidade da política mundial, que não é nem pode ser Europeu, mas quanto
- muito euro-americano...» [cf. SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*, pp. 97 e 291].
- 22** Carta de Salazar ao duque de Palmela, 25 de Outubro de 1948. AOS/CP-100.
- 23** Relato de conversa de Palmela com Caffery, 21 de Dezembro de 1948. AOS/CO/NE-1E, pt. 11.
- 24** Memorando do ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite, 24 de Junho de 1948. AHD/MNE 2.º piso, arm. 9, maço 771.
- 25** Ver ROLLO, Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Norte-Americana [1947-1952]*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- 26** Referindo-se à sucessora da SDN e depois de apontar os aspectos que considera positivos na nova organização Salazar afirma: «tenho no meu modesto passado tanta afirmação concordante com estes pontos que nem para ser original me atrevo a discordar» [SALAZAR, António de Oliveira – «Portugal, a Guerra e a Paz», p. 108].
- 27** *Ibidem*.
- 28** Telegrama expedido para Londres n.º 370, 7 de Julho de 1946. AHD/MNE.
- 29** Annual Report 1944. FO 371/49474.
- 30** Discurso proferido na Assembleia Nacional a 18 de Maio de 1945, «Portugal, a Guerra e a Paz». In SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*.
- 31** Análise do Foreign Office ao despacho n.º 292 da Embaixada Britânica em Lisboa para o FO, 27 de Outubro de 1945. FO 371/49475.
- 32** A este respeito são de destacar os seguintes documentos elaborados pelo Foreign Office: Relatório de Horsfall Carter do Research Department do Foreign Office, Novembro 1947. FO 371/67856; Memorando sobre o regime português, 4 de Março de 1948. FO 371/73296; Memorando sobre o regime português, 11 de Novembro de 1948. FO 371/73296.
- 33** Relatório de Horsfall Carter do Research Department do Foreign Office, Novembro 1947. FO 371/67856
- 34** A este respeito podemos destacar, entre outros, o facto de o Governo português ter assegurado ao Governo britânico que não exigiria a garantia ouro de parte do saldo devedor da Inglaterra, dando deste modo mais uma prova da sua boa vontade. Posição que o embaixador britânico em Lisboa não deixou de sublinhar. Annual Report 1945. FO 371/60287.